

# Literatura brasileira II - O Brasil que canta e o Brasil que luta

## Sumário

- Apresentação
- 1. O BRASIL QUE CANTA
- O BRASIL QUE LUTA
- 2.1 O centro-oeste na literatura brasileira
- 2.2 O norte na literatura brasileira
- 2.3 O sul na literatura brasileira
- 2.4 O nordeste na literatura brasileira
- 2.5 O sudeste na literatura brasileira
- 2.6 Um adendo necessário
- 2.7 Outro adendo necessário
- Considerações finais - por uma abordagem ampla do cânone nacional
- Referências

Priscila Finger do Prado



### Apresentação

Caro estudante,

Este e-book será o condutor das discussões travadas em nossa disciplina sobre o estudo da Literatura Brasileira II. Se em Literatura Brasileira I, acompanhamos como o sistema literário brasileiro se formou, e como as grandes temáticas se constituíram, poderemos acompanhar agora, em Literatura Brasileira II, como este sistema se consolidou e quais autores são lembrados na produção do final do século XIX e início do século XX. No primeiro capítulo, trataremos do “Brasil que Canta”, ou seja, da poesia produzida no período; e no segundo capítulo, apresentaremos o “Brasil que luta”, em cinco contos que representam as cinco regiões brasileiras. Nosso objetivo é, sempre, olhar para a produção literária em compasso com as questões sociais que emergiram na relação entre as pessoas no país. Trabalharemos com autores mais conhecidos e outros nem tanto, porque também é nosso interesse ofertar uma visão mais ampla do cânone nacional, ofertando, sempre que possível, obras de autoria indígena, negra e feminina. Esperamos que as leituras escolhidas sejam profícuas e que ajudem a pensar também sua relação para com o país em que vivemos.

Atenciosamente,

Priscila Finger do Prado



### O BRASIL QUE LUTA

Do período em que o Brasil foi uma nação livre até a partida de D. Pedro I passaram-se menos de 10 anos. Com a abdicação de D. Pedro I em 1831, inicia-se o período das Regências. O país era grande e a corte desconhecia as especificidades das diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas e davam a impressão de que assim continuariam para sempre (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 243). No período, o país viveu grandes e numerosos conflitos como a Revolução Farroupilha (RS e SC), a Cabanagem (PA), a Sabinada (BA), a Revolta dos Malês (BA) e a Balaiada (MA).

O período de instabilidade foi tamanho que propiciou o Golpe da maioria, artimanha que introduziu um Imperador de 14 anos como garantia de estabilidade pelo peso simbólico da autoridade de monarca. O Império sob a condução de D. Pedro II alcança um período de relativa estabilidade até os anos 1870, quando, enfraquecido pela Guerra do Paraguai e pelo movimento abolicionista, cada vez mais incontornável, começa a ruir. Entre os anos da Regência e o Brasil Império de Pedro II, Lília Schwarcz e Heloisa Starling contam alguns detalhes no livro *Brasil: uma biografia* (2015).



Um ponto incontornável a se discutir é a questão da escravidão. Ainda na primeira metade do século XIX, iniciou-se a pressão pelo fim do dito comércio infame, especialmente por parte da Inglaterra. Entre os anos 1841 e 1850, “[...] o destino de 83% do total de africanos transportados para a América era o Brasil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.274). A lei que determinou o fim do tráfico veio em 1850 e “[...] acabou por disponibilizar verba excedente para utilização na própria estrutura interna do Brasil.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.274), como construção de linhas telegráficas e de navegação, estradas de ferro, iluminação a gás e aumento do número de escolas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.275).

Outro ponto de interesse é a alta do café nos mercados estrangeiros que colaborou para o crescimento econômico do país. Também é nessa época que se intensifica a vinda de imigrantes para o país como política do Estado.

Sobre a vida na corte, o Rio de Janeiro vivia um processo de urbanização cujo modelo era o francês: “O modelo era a Paris burguesa, contudo a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas onde só se notava o trabalho escravo e dos libertos.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.276). Um Império que se espelha na Europa, mas tem como base o trabalho escravo, o qual, por sua vez ganha contornos diferentes nos centros urbanos e no interior:



Na ótica da corte, o mundo escravo e o mundo do trabalho deveriam ser não só transparentes como silenciosos. No entanto, o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência e alta densidade de escravos é flagrante. Os cativos representavam de metade a dois quintos do total de habitantes da corte no decurso do século XIX. A corte reunia em 1849, de acordo com o Almanak Laemmert, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o fim do Império romano: 110 mil escravos sobre 266 mil habitantes (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.279).

Além das contradições na configuração da corte, o país apresentava um grande desnível entre população urbana e rural, de forma que o Brasil do século XIX estava majoritariamente no interior. Segundo Schwarcz e Starling (2015, p. 278), até 1890, a população das capitais representava menos de 10% do total, sendo que mais ou menos 50% do contingente urbano se concentrava no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife. A configuração do exercício da política não era menos desigual, até porque o país se constituía de uma maioria analfabeta, de forma que a camada mais rica coincidia com a camada letrada da população (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 280).

Apesar das contradições, o Segundo Império foi um período de relativa estabilidade, que começou a se alterar com o episódio da Guerra do Paraguai. A guerra, de início, foi recebida com otimismo e um número expressivo de voluntários, contando, inclusive, com a presença do Imperador na fronteira sul do país. Com a extensão do conflito, todavia, deu-se início ao recrutamento obrigatório, inclusive com o envio de cativos para as fileiras do Exército.



Com o término da guerra, em 1870, verificou-se que o número de mortos foi grande, manchando a imagem do Império. Foi nesse período que nasceu o Partido Republicano e que ganharam força os movimentos abolicionistas Brasil afora:

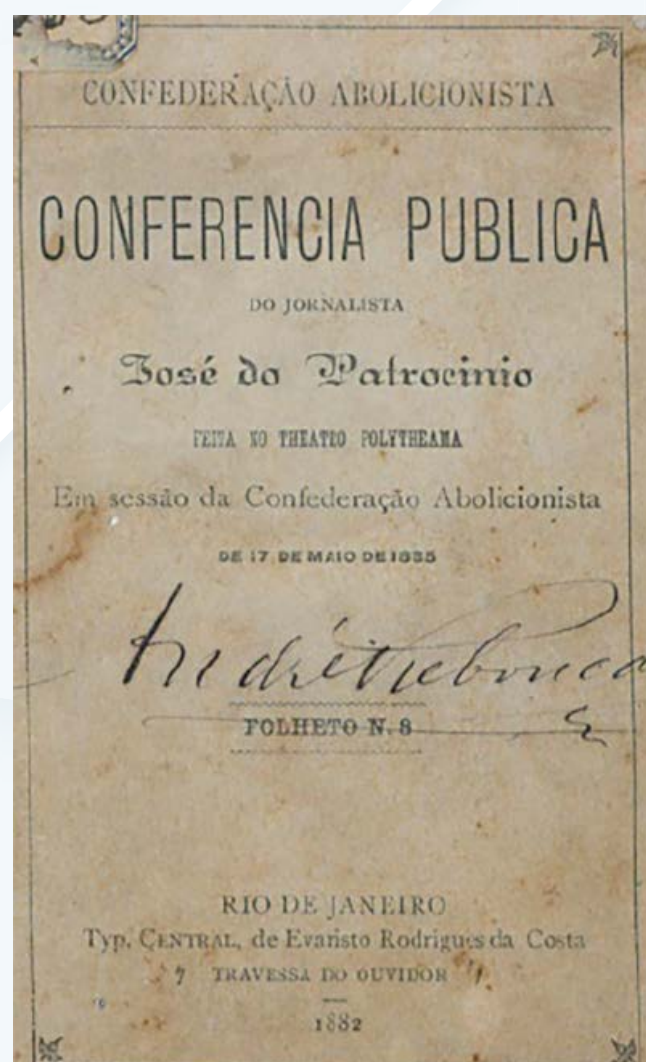
A entrada nos anos 1880 encontrou a monarquia cercada por desafios de todo tipo. Em 1880 foi fundada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e em 1883 a Confederação Abolicionista. Também nesse ano foi publicado postumamente, do poeta romântico Castro Alves, *Os escravos*, e Joaquim Nabuco lançou *O abolicionismo*, duas obras que não só tinham como autores líderes do movimento de emancipação como se tornaram – na literatura e na ciência política – livros de referência sobre a questão (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 305).

Interessante fato é o nascimento do Quilombo do Leblon, na chácara de José de Seixas Magalhães, que reunia adeptos e simpatizantes da causa como Olavo Bilac, José do Patrocínio, Rui Barbosa, Coelho Neto, André Rebouças, Paula Nei e Joaquim Nabuco.

Em 1888, vem, então a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel. O texto era curto e direto “É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário”. Estima-se que 700 mil cativos tenham sido redimidos por tal lei, um número reduzido, visto que a lei vinha atrasada, e a maioria dos escravizados havia já chegado a liberdade por outros caminhos. Como não houve nenhum tipo de indenização aos escravizados nem um projeto de inserção social que lhes beneficiasse, sua situação não mudou tanto, de modo que o trabalho servil e mal remunerado, junto a uma lógica de violência permaneceu durante muito tempo.



**IMAGEM 2 - Folheto com a conferência proferida por José do Patrocínio em 17 de maio de 1885 no *Theatro Polytheama***



**Fonte:** Acervo Fundação Biblioteca Nacional

Em 1889, D. Pedro II sofre o golpe da Proclamação da República, idealizado por figuras como Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Solon Ribeiro, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Aristides Lobo. O primeiro presidente do país é Deodoro da Fonseca, que fica no cargo até 1891, quando assume Floriano Peixoto. Na primeira eleição para presidente ocorrida em 1894, é eleito o primeiro presidente civil do país, Prudente de Moraes, logo seguido de Campos Sales. Era o tempo da República do Café com leite.

Sobre a República, cabe destacar alguns pontos. Primeiro, o trabalho para construir um imaginário republicano entre um povo em que a imagética monárquica ainda era muito forte. Para isso, trocaram-se nomes e elegeram-se símbolos: “Até mesmo o termo ‘corte’ foi trocado, por decreto, por ‘capital federal’” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 318). O grande símbolo da República era uma mulher, ainda que as mulheres brasileiras não pudessem nem votar nem se candidatar a cargos públicos. O documento que definiu as bases do novo regime foi a Constituição de 1891: presidencialismo, federalismo e sistema bicameral. Houve, então, a separação da Igreja e do Estado e a substituição do Poder Moderador pelo princípio da divisão e do equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e judiciário. Uma das coisas que não mudou foi o perfil oligárquico da nação, com número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para cargos públicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320). Além disso, muitas fraudes marcavam as eleições, e práticas como bico da pena, degola, voto de cabresto e curral eleitoral eram costumeiras em relações de poder regionais baseadas no Coronelismo.



E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 322).

A literatura representou muitas das questões importantes para a sociedade brasileira de então, como adiante será mostrado.

No estudo da Literatura Brasileira observa-se certa predileção por autores e obras que sejam naturais ou tenham passado a residir na região sudeste. A produção editorial brasileira, quando inicia, centra-se nesta região, e se tornam muito difíceis as iniciativas descentralizadas. Com isso, o estudo da literatura brasileira e, de modo indireto, da história e da sociedade do país ficam deficientes, sem o conhecimento das grandes diferenças na formação da terra e das gentes, a partir do olhar de brasileiros de outras regiões.

Como o fim da escravidão é recebido pelos matutos do centro-oeste? Como a Guerra do Paraguai é recebida pelos ribeirinhos do norte? Como D. Pedro II é visto pelos sulistas? Como a Proclamação da República é recebida pelos sertanejos do nordeste? Como o governo é visto pelo caipira do sudeste? Todas estas questões são respondidas, de uma perspectiva literária, quando se conhece o trabalho de autores como Hugo de Carvalho Ramos, Inglês de Sousa, João Simões Lopes Neto, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato.





Mais do que isto, com o alargamento do cânone e o entendimento da obra de autoras como Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, é possível perceber como fica a questão do assédio e do abuso às mulheres na representação literária do fim do século XIX e do início do século XX.

Para além da discussão sobre estéticas literárias, como o Romantismo e o Realismo (importantes, sem dúvida), é necessário saber pelo que se interessavam os escritores brasileiros, como era o seu olhar sobre o país e sua gente. Por isto, divide-se o capítulo em seis partes, para acompanhar o trabalho de autores das cinco regiões brasileiras. Inicia-se pela região centro-oeste, seguindo pela norte, sul e nordeste, para terminar com a sudeste. De maneira separada apresenta-se o caso de Júlia Lopes de Almeida. Além do comentário das obras, traça-se um pouco do contexto histórico, necessário para o entendimento das questões sociais abordadas nas narrativas literárias.

### 2.1 O centro-oeste na literatura brasileira

Hugo de Carvalho Ramos (1895-1921) é um escritor brasileiro nascido em Vila Boa de Goiás (atual Cidade de Goiás). Sua principal obra, o livro de contos *Tropas e boiadas* foi lançado em 1915. São contos de teor regionalista, que apresentam histórias do sertão goiano, com um misto de crueza realista e fantasia supersticiosa.



O livro apresenta 15 narrativas: “Caminho das tropas”, “Mágoa de vaqueiro”, “A bruxa de Marinhos”, “Nostalgias”, “Caçando perdizes”, “Alma das aves”, “À beira do pouso”, “O poldro picaço”, “Ninho de periquitos”, “O saci”, “Peru de roda”, “Gente da Gleba”, “A madre de ouro”, “Pelo Caiapó velho” e “Dias de chuva”. É bastante presente a nostalgia da infância, a sintonia com o ambiente natural, a crença em seres míticos como Saci, Curupira, Cuca e Lobisomem, mas também há a luta de classes forjada num ambiente escravocrata, em que o senhor de terras detém o poder sobre a vida e a morte das pessoas, que, no mais das vezes, mal conseguem refletir sobre a própria situação de oprimidos. Assim, a questão do início do capítulo, como o fim da escravidão é recebido pelos matutos do centro-oeste?, obtém resposta por quem lê esses contos.

Destaca-se “Gente da gleba”, por se encaixar no tópico Brasil que luta. A luta aqui não é a de personagens que participam de guerras ou insurreições, mas é a luta própria de um cotidiano violento, em que a própria vida é uma forma de resistência. O conto apresenta situações ocorridas no interior do Brasil, num período pós-Abolição da escravatura e pós-República, mas ainda muito arcaico nas relações. Neste contexto, a Abolição da Escravatura é uma informação que vem de fora e que pouco tem a ver com as relações que se mantêm por ali.

A narrativa está dividida em doze partes, em que se identifica a fazenda do Quilombo, cujo dono acolheu um menino negro órfão, Benedito, para nela trabalhar. O menino se criou junto da filha do patrão, Nhá Lica. Anos depois, quando a filha retorna do colégio interno, já moça, a relação dos dois já não pode ser de amizade, mas de patroa e empregado. Sem saber do afeto de Nhá Lica por si, Benedito vive um romance com a mulata Chica e trabalha na fazenda, muitas vezes como uma espécie de capitão do mato.



Os trabalhadores da fazenda, todos servos, numa ordem que mais se assemelha a dos feudos medievais, depois de trabalhar o dia todo, muitas vezes afogam suas mágoas em rodas de viola, ou representam sua fé em festividades religiosas que misturam culturas diversas, como as procissões de santos e a congadas.

Um e outro ano surgia a mais a dança do Congo, posta à rua pelos pretos, cujo rei era sempre um africano centenário, ainda forte e robusto, trazido de Luanda ao tempo da escravatura. Aos reco-recos das varetas pela superfície estriada em serras das compridas cabaças que apropriavam, e ao som de adufes e pandeiros, celebravam os ritos e glórias de seu país ancestral, religiosamente através do exílio transmitidos, em fraseados complicados e embaixadas pomposas de língua perra. Executava-se o duelo dos príncipes, procurando-se os dous (sic) rivais aos pulos ágeis, ora num pé ora no outro, entre as filas apartadas dos guerreiros e a final degola destes – a espada correndo cerce ao longo das gargantas. Arrematavam a encenação com dolentes cantorias, onde a nota – êh! Maria-Longuê! – era repisada em estribilho a cada retorno, invariavelmente (RAMOS, 1917, p.49).

Para Benedito, há de se temer menos o purgatório dos céus do que o purgatório da terra, pois é neste mundo “[...] onde tanta alma de Deus vive a penar” (RAMOS, 1917, p.48). E ele parece estar certo, pois uma das ações que precisa tomar a mando do patrão é a de caçar o companheiro Malaquias, que fugira sem pagar sua dívida com o fazendeiro. A dívida, é bom destacar, é fruto de má remuneração dos empregados somada à extorsão das ofertas de empréstimos para garantir a sobrevivência do peão. A situação nada mais é do que uma armadilha bem pensada, uma nova forma de escravidão:



Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover às suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida, que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo. Quando muito, querendo dalgum modo mudar de condição, pede a conta ao senhor, que fica no livre arbítrio de lha dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-lo ao antigo, tomando-o ao seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto e mais, maltratado aqui por uns de coração empedernido, ali mais ou menos aliviado dos maus-tratos, mas sempre sujeito ao ajuste, de que só se livra, comumente, quando chega a morte (RAMOS, 1917, p. 54).

Benedito percebe que há uma injustiça no procedimento para com os empregados, especialmente, neste caso, com Malaquias, mas, acostumado como é à ordem das coisas, não consegue contrariar as ordens do coronel, nem mesmo questioná-las. Depois de cruzar estados, encontra Malaquias, que ainda tenta alertá-lo para a injustiça da situação:



– Seu Dito fez mal, não devia aceitar aquela incumbência... Tempo de cativo e capitão-do-mato já passou... – Estava no seu direito de ir para onde muito bem queria... Labutava na fazenda, trabalhando dia e noite como mouro; e no fim, que é que via? Dívidas e mais dívidas, o patrão de ano em ano mais exigente e desalmado; enfim, aquela vida de cachorro de camarada. De resto, sem garantia no trato. O patrão abusava de sua falta de letra, esticando como lhe parecia na conta, transtornando os seus arranjos de abatimento do fim do mês; e ela, a danada, a espichar, a espichar, que nem mesmo um imperador era agora capaz de resgatá-la! Ora, nesse pé, não podia haver seriedade no ajuste. Mais valia cair a gente no mundo, como fizera, ou estourar aí para um canto, moído de pancada, como sucedera ao Torquato por meter-se a respondão... (RAMOS, 1917, p. 66).

Contudo, com um sentimento de lealdade ao patrão e com uma obediência a que fora acostumado a demonstrar, levou Malaquias ao fazendeiro, que mandou amarrá-lo na casa do tronco e se pôs a açoitá-lo. Benedito arrepende-se, então, de ter obedecido ao patrão, mas apenas como quem julga ver um exagero e não como quem observa uma injustiça, pois que, no fundo, julga normal o mando do homem sobre seus empregados:



Quanto ao ato arbitrário do coronel em chicotear o Malaquias, ninguém aludiu, nem lhes passou pela mente discutir as razões. Era aquele um costume que assistia aos fazendeiros, e que punham em prática quando bem lhes arovinha, sem que com isso levantassem entre os seus a mínima oposição, ou mesmo um simples murmúrio de censura. Competia-lhes aquele direito, como outrora competia ao senhor feudal indicar, entre a arraia-miúda de sua peonada, um vilão qualquer, tirado a dedo, para que se lhe abrissem as entranhas onde enfiar, nas carnes palpitantes, os pés regelados das sortidas de caça. Demais, da frequência dessas usanças, resultava escapar à rude singeleza daqueles homens a compreensão de semelhante arbitrariedade. E, se protesto havia, era apenas a repugnância instintiva que sentiam todos em pactuar naquelas iniquidades (*sic*) (RAMOS, 1917, p.70).

O clímax do conto se dá quando Benedito vai visitar Chica e desconfia da presença de um homem em sua casa. O peão bate na mulher e a estupra. A violência é uma constante nas relações desse mundo sertanejo. Mais tarde, Benedito descobre que o amante de Chica era o próprio patrão. Quem lhe conta é Malaquias, que fora enviado pelo fazendeiro para prendê-lo. Neste ponto da narrativa, há uma cena grotesca, que talvez tenha servido de referência para a novela Pantanal, de Benedito Ruy Barbosa. O patrão manda castrar Benedito, porque mexera com Chica, que considerava sua posse. A violência individual é justificada socialmente, quando políticos vêm visitar o fazendeiro, que não se melindra ao narrar o acontecido.



Enquanto se serviam do café, contou-lhes por alto o fazendeiro o acontecimento do dia. – Pois não, coronel!! – disse um da comitiva. – Fez muito bem; que essa gente, traste imprestável e traiçoeiro, só serve mesmo para nos dar prejuízos e cabelos brancos. Ainda a semana passada, morreu-me um dos tais, com uma dívida de um conto e quinhentos mil-réis no costado por pagar. E, se não mostrarmos energia, montam-nos o pêlo de botas e esporas... Gente ordinária até ali... (RAMOS, 1917, p. 77)

É um mundo violento, em que a justiça dos homens está na mão dos poderosos. Neste fundão de Brasil não há instituições, não interessa se o governo é monarquia ou república. Os peões pobres, quando conseguem sair de uma situação opressiva, logo caem em outra e só a morte os liberta. O conto é triste, mas a leitura é instigante e guarda uma surpresa ao final. Vale a pena lê-lo.



### Novela Pantanal - Alcides mata Tenório

#### 2.2 O norte na literatura brasileira

*Contos amazônicos* (1893) é um livro que reúne nove contos do escritor paraense Inglês de Sousa (1853-1918): “Voluntário”, “A feiticeira”, “Amor de Maria”, “Acauã”, “O donativo do capitão Silvestre”, “O gado do valha-me-Deus”, “O baile do judeu”, “A quadrinha de Jacó Patacho” e “O rebelde”. O cotidiano da população nortista, as relações de poder aí construídas, mitos e lendas amazônicos fazem matéria para a escrita literária de Sousa.



O conto selecionado para análise neste e-book é “Voluntário”, que se passa durante a Guerra do Paraguai. O conflito iniciou em 1865 e se estendeu por 5 anos. No início, os soldados dependiam do voluntariado da população, mas, com o prolongamento do conflito, instituiu-se o recrutamento obrigatório. São protagonistas do conto o jovem Pedro, de 19 anos, e a mãe, a velha tapuia Rosa, que viviam uma vida pacata, mesclando as atividades de pesca e de lavoura.

A velha tapuia já não podia cuidar da pequena lavoura que lhe deixara o marido. Vivia só com o filho, que passava os dias na pesca do pirarucu e do peixe-boi, vendidos no porto de Alenquer, e de que tiravam ambos o sustento, pois o cacau mal chegava para a roupa e para o tabaco. Apesar da pobreza rústica da casa, com as suas portas de japá e as paredes de sopapo, com o chão de terra batida, cavada pela ação do tempo, tinha a tapuia em alguma conta o asseio. Trazia o terreiro bem varrido e o porto livre das canaranas que a corrente do rio vinha ali depositando. E se os tipitis, as cuiambucas e todos os utensílios caseiros andavam sempre lavados com cuidado, as redes de dormir pareciam ter saído do tear, de brancas e novas que sempre se encontravam. (SOUSA, 2005, p.23).

A situação inicial do conto é a rotina da família ribeirinha. O narrador também reflete, ao início da narrativa, sobre a constituição étnica do povo amazônico, misto, principalmente, de indígena e branco, ou da mistura dos dois, o denominado caboclo:





É naturalmente melancólica a gente da beira do rio. Face a face toda a vida com a natureza grandiosa e solene, mas monótona e triste do Amazonas, isolada e distante da agitação social, concentra-se a alma em um apático recolhimento, que se traduz externamente pela tristeza do semblante e pela gravidade do gesto.

O caboclo não ri, sorri apenas; e a sua natureza contemplativa revela-se no olhar fixo e vago em que se leem os devaneios íntimos, nascidos da sujeição da inteligência ao mundo objetivo, e dele assoberbada. Os seus pensamentos não se manifestam em palavras por lhes faltar, a esses pobres tapuias, a expressão comunicativa, atrofiada pelo silêncio forçado da solidão.

Haveis de ter encontrado, beirando o rio, em viagem pelos sítios, o dono da casa sentado no terreiro a olhar fixamente para as águas da correnteza, para um bem-te-vi que canta na laranjeira, para as nuvens brancas do céu, levando horas e horas esquecido de tudo, imóvel e mudo em uma espécie de êxtase. Em que pensará o pobre tapuio? No encanto misterioso da mãe-d'água, cuja sedutora voz lhe parece estar ouvindo no murmúrio da corrente? No curupira que vagabundeia nas matas, fatal e esquivo, com o olhar ardente, cheio de promessas e de ameaças? No diabólico saci-pererê, cujo assobio sardônico dá ao corpo o calafrio das sezões? Em que pensa? Na vida? É talvez um sonho, talvez nada. É uma contemplação pura (SOUSA, 2005, p. 25-26).



O tipo de rotina das personagens se justifica pela formação geográfica do lugar (a floresta e seus rios), mas também pela economia baseada especialmente no extrativismo. O baixo povoamento da região dá esse caráter de isolamento apresentado pelo narrador, que também interfere no modo de ser dos habitantes. O conflito que altera tal estado de coisas é a Guerra do Paraguai:

Ninguém o podia dizer, mas é certo que até o princípio do ano de 1865 correram tranquilos os dias no cacauá da velha Rosa.

Quem não sabe o efeito produzido à beira do rio pela notícia da declaração da guerra entre o Brasil e o Paraguai?

Nas classes mais favorecidas da fortuna, nas cidades principalmente, o entusiasmo foi grande e duradouro. Mas entre o povo miúdo o medo do recrutamento para voluntário da pátria foi tão intenso que muitos tapuios se meteram pelas matas e pelas cabeceiras dos rios, e ali viveram como animais bravios sujeitos a toda espécie de privações (SOUSA, 2005, p. 26).

Tal como no resto do país, o conflito primeiro é recebido com otimismo patriótico, especialmente pelas classes mais afortunadas, mas para os menos favorecidos não fazia sentido que um conflito tão distante pudesse alterar-lhes a rotina. Tal como pondera o narrador, o efeito no dito povo miúdo era de medo. Não custa lembrar também que, em determinado momento, o recrutamento foi realizado de modo obrigatório, não importando se o rapaz fosse provedor da casa e dele dependesse o sustento dos seus, como no caso de Pedro e Rosa.



Coisa terrível que era então o recrutamento!

Esse meio violento de preencher os quadros do exército era ao tempo da guerra posto em prática com barbaridade e tirania, indignas de um povo que pretende foros de civilidade.

Suplícios tremendos eram infligidos aos que, fugindo a uma obrigação não compreendida, ousavam preferir a paz do trabalho e o sossego do lar à ventura de se deixarem cortar em postas na defesa das estâncias rio-grandenses e das aldeolas de Mato Grosso. (SOUSA, 2005, p. 27).

A maior parte da população brasileira de então estava no interior, mas o interior diferia muito entre si, a depender da região. As batalhas da Guerra do Paraguai ocorriam no sul do Brasil, território em tudo oposto ao da população ribeirinha representada no conto. Assim, no caso da narrativa, o recrutamento não era visto como ação patriótica, mas como perseguição violenta, já que os jovens recrutados nunca tinham deixado sua terra nem mesmo tido treinamento militar. Além disso, tais jovens deixavam para trás mães, irmãs e noivas que dependiam de seu trabalho e cuidado.

- Os voluntários, olha os voluntários!

Os recrutas caminhavam sob um sol ardente, seguidos das mães, das irmãs e das noivas, que soluçavam alto, em uma prantina desordenada, chamando a atenção do povo. Os homens iam silenciosos como se acompanhassem um enterro. Ninguém se atrevia a levantar a voz contra a autoridade. (SOUSA, 2005, p. 34).



A protagonista ainda procura apoio e apadrinhamentos, mas não consegue evitar o pior. O conflito do Imperador tira de Rosa o filho, e tal perda é definitiva para que perca também a razão. A ironia da narrativa aponta para os versos que canta, enquanto passa os dias, sem a presença do rebento:

Ainda há bem pouco tempo vagava pela cidade de Santarém uma pobre tapuia doida. A maior parte do dia passava-o a percorrer a praia, com o olhar perdido no horizonte, cantando com voz trêmula e desenxabida a quadrinha popular:

Me anel de diamantes  
caiu na água e foi ao fundo;  
os peixinhos me disseram:  
viva D. Pedro Segundo! (SOUSA, 2005, p. 36).

A narrativa de Inglês de Sousa, embora curta, aponta que as decisões políticas interferem na vida das pessoas e como o que parece patriótico a uns pode resultar em fatal a outros. Para além da campanha negativa percebida nos jornais da corte, a representação literária construída no conto possibilita ao leitor colocar-se no lugar dessa mãe e desse jovem, que nada entendiam sobre o conflito que lhes alterou drasticamente o destino. Aqui é perceptível a violência do estado para com os cidadãos que, muitas vezes, já desamparados pelo governo, são obrigados ao sacrifício por ele.



Conheça Santarém



### 2.3 O sul na literatura brasileira

Para conhecer um pouco da literatura produzida no sul do país, traz-se à baila o livro *Contos gauchescos* (1912), do escritor gaúcho nascido em Pelotas João Simões Lopes Neto (1865-1916). A obra conta com dezenove contos: “Trezentas onças”, “O Negro Bonifácio”, “No Manantial”, “O Mate do João Cardoso”, “Deve um queijo”, “O Boi velho”, “Correr eguada”, “Chasque do Imperador”, “Os cabelos da China”, “Melancia-Coco Verde”, “O Anjo da Vitória”, “Contrabandista”, “Jogo do osso”, “Duelo de Farrapos”, “Penar de velhos”, “Juca Guerra”, “Artigos de fé do gaúcho”, “Batendo orelha!” e “O menininho do presépio”.

O clima é de contação de causos pela voz da personagem Blau Nunes, e os temas são os mais diversos, desde imprevistos ocorridos durante as tropeadas, até tragédias amorosas e histórias de conflitos como a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai. O conto selecionado, “Chasque do Imperador”, representa a estadia de D. Pedro II no Rio Grande do Sul, por ocasião da Guerra do Paraguai.

Se para o ribeirinho do Pará o Imperador era distante, assim como os assuntos da guerra, para o gaúcho do pampa, a situação é um pouco diferente porque o conflito acontece em seu território. Ainda assim, a figura do Imperador é acompanhada de um imaginário quase mítico, de modo que receber o monarca é uma experiência bastante incomum:



Quando foi do cerco de Uruguaiana pelos paraguaios em 65 e o Imperador Pedro 2º veio cá, com toda a frota da sua comitiva, andei muito por esses meios, como vaqueano, como chasque, como confiança dele; era eu que encilhava-lhe o cavalo, que dormia atravessado na porta do quarto dele, que carregava os papéis dele e as armas dele (LOPES NETO, 1999, p. 53).

A percepção do narrador diante da imagem idealizada do monarca é, ao mesmo tempo, de ruptura e continuidade. O imperador não é diferente dos outros em tudo, mas dado seu porte, a perspectiva de sua nobreza é confirmada aos olhos de Blau:

[...] Eu pensava que o imperador era um homem diferente dos outros... assim todo de ouro, todo de brilhantes, com olhos de pedras finas... Mas, não senhor, era um homem de carne e osso, igual aos outros... mas como quera... uma cara tão séria... e um jeito ao mesmo tempo tão sereno e tão mandador, que deixava um qualquer de rédea no chão!... Isso é que era!... (LOPES NETO, 1999, p. 55).

A partir de então há vários relatos breves sobre situações vividas pelo Imperador, pequenos diálogos que marcam a relação do monarca com o povo gaúcho, especialmente os que serviam junto a ele. É possível perceber, por parte dos gaúchos uma constante demarcação de diferença em relação aos lá da corte, pela diversidade dos costumes, ao mesmo tempo em que se estabiliza uma visão de respeito e admiração pela figura do monarca:



[...] Havia um que era barão e comandava um regimento, que era mesmo uma flor; tudo moçada parelha e guapa. O imperador gabou muito a força, e aí no mais o barão já lhe largou esta agachada: — Que vossa majestade está pensando?... Tudo isto é indiada coronilha, criada a apoio, churrasco e mate amargo... Não é como essa cuscada lá da Corte, que só bebe água e lambe a... barriga!... Este mesmo barão, duma feita que o d. Pedro procurou no bolso umas balastracas para dar uma esmola e não achou mais nada, desafivelou a guaiaca e entregando-a disse: — Tome, senhor! Cruzes! Nunca vi homem mais mão-aberta do que vossa majestade..., olhe que quem dá o que tem, a pedir vem... mas... quando quiser os meus arreios prateados... e até a minha tropilha é só mandar... só reservo o tostado crespo e um qualquer pelego... — Mas, sr. barão, nem por isso eu dou o que desejava... — Ora qual!... Vossa majestade não dá a camisa... porque não tem tempo de tirá-la!... (LOPES NETO, 1999, p. 56-57).

Interessante é o relato sobre uma senhora que havia perdido o marido e mandado filhos e netos para a guerra, mas que se mobilizara ao acampamento para conhecer o imperador e o Duque de Caxias e para levar a eles fome e pedir pela vitória. A narrativa da mulher deixa ver um povo acostumado a embates, tendo forjado a própria identidade a partir de lutas em defesa das fronteiras:



[...] Daí a pouco, com uma trouxinha na mão apareceu no acampamento uma velha, que já tinha os olhos como retovo de bola. Por ali andou mirando, e depois entrando mesmo no grupo onde ele estava, disse: — Bom dia, moços! Qual de vocês é o imperador? — Sou eu, dona! Assente-se. A velha olhou-o de alto a baixo, calada, e depois rindo nos olhos: — Deus te abençoe! Nossa Senhora te acompanhe, meu filho! Eu trago-te este bocadinho de fiambre! E abrindo o pano, mui limpinho, mostrou um requeijão, que pela cor devia de estar um gambelo, de gordo e macio. D. Pedro agradeceu e quis dar uma nota à velha, que parou patrulha. — Não! não!... Tu vais pra guerra... Os meus filhos e netos já lá andam... Eu só quero que vocês não se deixem tundar!...

Houve uma risada grande, da comitiva. A velhota ainda correu os olhos em roda e indagou: — Diz que o seu Caxias também vem aqui... quem é? — Sou eu, patrícia!... Conhece-me? — De nome, sim, senhor. O meu defunto, em vida dele, sempre falava em vancê... Pois os caramurus iam fuzilar o coitado, quando vancê apareceu... Lembra-se?... E vai, quando o seu general Canabarro fez a paz entre os farrapos e os legais, o meu defunto jurou que onde estivesse o seu Caxias, ele havia de ir... mas morreu, pro via dum inchume, que apareceu, aqui, lá nele. Mas, como por aqui, correu que vancê ia pra guerra dos paraguaios, o meu filho mais velho, em memória do pai, ajuntou os irmãos e os sobrinhos e uns quantos vizinhos e se tocaram todos, pra se apresentarem de voluntários, a vancê!... Vancê dê notícias minhas e bote a benção neles; e diga a eles que não deixem o imperador perder a guerra... ainda que nenhum deles nunca mais me apareça!... Bem! com sua licença... Seu imperador, na volta, venha pousar no rancho da nhã Tuca; é de gente pobre, mas tudo é limpo com a graça de Deus... e sempre há de haver uma terneira gorda pra um costilhar!... Passar bem! Boa viagem... Deus os leve, Deus os traga!... O imperador — esse era meio maricas, era! — abraçou a velha, prometendo voltar, por ali, e quando ela saiu, disse: — Como é agradável esta rudeza tão franca! (LOPES NETO, 1999, p. 57-58).





Neste relato, o Imperador mostra simpatia pelo povo, ao mesmo tempo que marca a diferença entre sua civilidade e a rudeza daquele. O Imperador é uma figura de autoridade, respeitada pelo narrador e pelos que os cercam, a distância entre o monarca e o povo é sentida, mesmo que por vezes tal diferença não seja de todo positiva, como quando o narrador aponta a ação da autoridade diante do relato da velha mulher.

O relato final do narrador intensifica a sensação de estranhamento do povo gaúcho que recebia o monarca. Tal estranhamento, no entanto, é desfeito pela quebra da imagem idealizada de D. Pedro II, como alguém que vive, se veste, conversa e se alimenta de modo diverso. Neste ponto, é possível dizer que as ações do Imperador aproximam-no do povo do sul, como se fosse firmada entre eles uma irmandade pelo desejo comum de comer carne. O mate, o churrasco e o leite gordo seriam diferenciais do gaúcho, marcas de sua identidade, de modo que o imperador, ao compartilhar desses hábitos, vê diminuir a distância entre si e seus súditos.



[...] Numa cidade onde pousamos, o imperador foi hospedado em casa dum fulano, sujeito pesado, porém mui gauchão. Quando foi hora do almoço, na mesa só havia doces e doces... e nada mais. O imperador, por cerimônia provou alguns; a comitiva arriou aqueles cerros açucarados. Quando foi o jantar, a mesma cousa: doces e mais doces!... Para não desgostar o homem, o imperador ainda serviu-se, mas pouco; e de noite, outra vez, chá e doces! O imperador, com toda a sua imperadorice, gurniu fome! No outro dia, de manhã, o fulano foi saber como o hóspede havia passado a noite e ao mesmo tempo acompanhava uma rica bandeja com chá e... doces... Aí o imperador não pôde mais... estava enfarado!... — Meu amigo, os doces são magníficos... mas eu agradecia-lhe muito se me arranjasse antes um feijãozinho... uma lasca de carne... O homem ficou sério... e depois largou uma risada: — Quê! Pois vossa majestade come carne?! Disseram-me que as pessoas reais só se tratavam a bicos de rouxinóis e doces e pasteizinhos!... Por que não disse antes, senhor? Com trezentos diabos!... Ora esta!... Vamos já a um churrasco... que eu, também, não agüento estas porquerias!... (LOPES NETO, 1999, p. 58-59).

É claro que, pelo tom jocoso, outras questões sobre a guerra não são mencionadas. A própria perda dos filhos para a guerra é tratada diferentemente neste conto do que no conto de Inglês de Sousa, pelo fato de o conflito narrado acontecer no sul e não no norte. Além disso, a causa da guerra, defender as fronteiras, era uma causa comum ao povo gaúcho, visto que a região sul foi uma das últimas a serem incorporadas ao país.

**IMAGEM 3 - Dom Pedro em traje de campanha durante a Guerra do Paraguai, Porto Alegre RS, 1865**



**Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural.



### 2.4 O nordeste na literatura brasileira

Euclides da Cunha (1866-1909), antes da publicação de sua obra-prima *Os sertões* (1902), publica uma obra com o mesmo mote, a guerra de Canudos. Trata-se de *Canudos: diário de uma expedição* (1897). A escrita de Cunha trouxe luz a uma situação que tinha a devida atenção do público brasileiro:

Mas sobretudo a Guerra ou Campanha de Canudos – esse movimento sociorreligioso liderado por Antônio Conselheiro que durou de 1896 a 1897 – tomou a imaginação do país. A região fora ocupada por uma série de latifúndios decadentes, era assolada por crises cíclicas de seca e desemprego crônico, e contava com milhares de sertanejos que peregrinavam pelo sertão baiano. E maio de 1893, Conselheiro e seus seguidores chegaram a Bom Conselho, Bahia. Ali assistiram a uma cobrança de impostos que haviam aumentado muito com o advento da República e, diante do povo reunido num dia de feira, Antônio Conselheiro arrancou os editais pregados nas paredes e os queimou. Ao saber do ocorrido, o governador do estado, Rodrigues Lima, enviou soldados para prender o beato e dissolver seu grupo. Mas os policiais foram atacados e facilmente derrotados pelos sertanejos. Esse combate levou Conselheiro a pôr fim à peregrinação e se estabelecer na fazenda de Canudos. Da data de chegada até o fim da guerra, a comunidade cresceu de 230 para cerca de 24 mil habitantes e, batizado de Belo Monte, o arraial se tornou um dos mais populosos da Bahia (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 333).



Muitas missões foram enviadas para acabar com a revolta, e ninguém conseguia explicar por que o conflito continuava. A narrativa de Cunha permite vislumbrar um pouco da complexidade do que estava ali envolvido. Foram selecionadas três entradas do *Diário*, para ler uma de agosto e duas de setembro.

Na entrada de 15 de agosto, o narrador apresenta os batalhões, contextualizando o histórico de lutas de cada um. Do batalhão paulista, é lembrado o histórico dos bandeirantes; do batalhão do sul, o histórico dos farrapos; do batalhão do norte, a floresta amazônica. O narrador também destaca o histórico de Salvador, antiga metrópole brasileira, que une soldados de diferentes lugares do país.

Bahia, 15 de agosto

Há dias era o batalhão paulista que aqui saltava, definindo uma ressurreição histórica — a aparição triunfal dos bandeirantes, renovando as investidas ousadas no sertão; depois os batalhões do Sul, netos e filhos de farrapos, trocando aqueles pampas vastíssimos, alterados, apenas num ou noutro ponto, pelas colinas levemente arredondadas, por um país diverso em que os horizontes se abreviam dentro de vales estreitos e as montanhas aprumadas paralisam as marchas; agora, do extremo norte, da Amazônia, tostados pelos raios verticais dos sóis, são os filhos do Pará que aqui chegam.



Vêm, sucessivamente, promanando de todos os pontos da nossa terra, convergindo todos para o seio da antiga metrópole, reunindo-se precisamente no solo onde pela primeira vez aparecemos na história — o paulista empreendedor e ativo, o rio-grandense impetuoso e bravo e o filho do Norte robusto e resistente. E a antiga capital abre-lhes o seio, agasalha-os no recinto sagrado de seus baluartes, despertando, transfigurada da quietude anterior, como que envolvendo no mesmo afago, carinhoso e ardente, a numerosa prole há séculos erradia, esparsa.

Índoles diversas, homens nascidos em climas distintos por muitos graus de latitude, contrastando nos hábitos e tendências étnicas, variando nas aparências; fronte de todas as cores — do mestiço trigueiro ao caboclo acobreado e ao branco — aqui chegam e se unificam sob o influxo de uma aspiração única (CUNHA, 1897).

Nesta entrada, nota-se ainda certo tom de entusiasmo pela escolha de verbos que sugerem união (promanando, convergindo, reunindo-se) e pela ideia de acolhida da antiga capital (abre-lhes o seio, agasalha-os, afago). Ao final, a aspiração única destaca uma abordagem positiva da batalha, o que é explicado pelo não conhecimento da situação de Canudos, propriamente.

Na segunda entrada, o narrador já está mais próximo do conflito, conhecendo um pouco mais sobre os seguidores do líder Antônio Conselheiro:



Queimadas, 1 de setembro

Por mais singular que seja a afirmativa, nada de novo vim aqui saber sobre os negócios de Canudos.

Notei apenas, tratando com os velhos habitantes de Queimadas, que a influência do Conselheiro é mais ampla do que supunha.

Dizem eles que há meses, promanadas de muitos pontos, passaram por esta povoação verdadeiras romarias em direção de Canudos. Uma imigração perfeita.

Lugares remotos como o Mundo Novo e Entre Rios ficaram, por assim dizer, desertos. As povoações relativamente mais próximas, como Inhambupe, Tucano e Cumbe, perderam igualmente grande número de habitantes. Homens, mulheres e crianças, velhos trôpegos e titubeantes, moços robustos e desempenados — carregando imagens de todos os tamanhos e de todos os santos, acurvados sob andores, passaram, cruzeiras alçadas, à frente, entoando ladainhas, lentamente, pelas estradas. Teve, este fato, muitas testemunhas que aqui estão, contentes.

Sob uma atração irresistível famílias inteiras mudaram-se para Canudos que cresceu bruscamente em poucos meses, porque a edificação rudimentar permitia que a multidão sem lar fizesse uma média de doze casas por dia.

O fato é assombroso, mas acordam, expondo-o todos os informantes. Não é de espantar a ninguém a resistência desdobrada.

Além disto o homem do sertão tem, como é de prever, uma capacidade de resistência prodigiosa e uma organização potente que impressiona. Não o vi ainda exausto pela luta, conheço-o já, porém, agora em plena exuberância da vida. Dificilmente se encontra um espécime igual de robustez soberana e energia indômia.

[...] Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patrícios que — digamos com segurança — constituem o cerne da nossa nacionalidade (CUNHA, 1897).



Nesta entrada, embora diga não saber nada de novo sobre os negócios de canudos, o narrador apresenta alguns aspectos importantes, destacando a ampla influência do Conselheiro, a migração numerosa em direção a Canudos (em verdadeiras romarias), e a diversidade do grupo de migrantes: “[...] homens, mulheres e crianças, velhos trôpegos e titubeantes, moços robustos e desempenados [...]”. O narrador também destaca a fé desses migrantes, que passavam em romarias, com cruces alçadas, entoando ladainhas e parecendo contentes. O uso de adjetivos como irresistível, assombroso, prodigiosa e potente demonstra surpresa com o comportamento dos ditos romeiros e uma admiração por sua resistência. Se antes o narrador via a missão dos batalhões, parece agora haver uma mudança na forma de ver o conflito, visto que se interessa pelo que antes considerava apenas o objetivo da missão. Embora declare certeza na vitória, inevitável e próxima, destaca que é um dever incorporar à civilização este rudes patrícios, nos quais vê o cerne da nossa nacionalidade.

A terceira entrada narra a luta entre os soldados enviados pelo governo e os seguidores de Antônio Conselheiro.



[Canudos], 26 de setembro

Os jagunços encurralados na igreja nova e no santuário anexo, desde as dez horas da noite, de ontem, até o momento em que escrevo (dez e um quarto da manhã) atiram desordenadamente numa fuzilaria contínua, frouxa às vezes, recrudescendo repentinamente outras. Não apontam mais, atiram ao acaso, para todas as direções, desesperadamente. É um vulcão numa erupção de balas aquele templo maldito

O espetáculo de Canudos, presa das chamas que lavram em diferentes pontos, é extraordinário; a fumarada — enovelada e pardacenta — alevanta-se e desenrola-se e espalha-se por sobre os telhados, encobrindo a maior parte das casas e mal deixando perceber as bandeirolas vermelhas — pontos determinantes da linha do cerco — alevantados agora em torno do último baluarte dos rebeldes. E os tiros partem deste, constantes, multiplicados, inúmeros, num desperdiçar de munições capaz de exaurir o arsenal mais rico (CUNHA, 1897).

O narrador descreve o cenário como um espetáculo, devido à fumarada que se espalha por sobre as casas, junto ao som dos tiros que continua. Ele indica que é o último baluarte dos rebeldes, que se encontram encurralados, mas não se entregam. Na sequência, retorna a demonstrar surpresa e admiração pelos feitos das pessoas que ali combatem:





[...] Tem a mais sólida, a mais robusta têmpera essa gente indomável! Os prisioneiros feitos revelam-na de uma maneira expressiva.

Ainda não consegui lobrigar a mais breve sombra de desânimo em seus rostos, onde se desenham privações de toda a sorte, a miséria mais funda; não tremem, não se acobardam e não negam as crenças mantidas pelo evangelizador fatal e sinistro que os arrastou a uma desgraça incalculável (CUNHA, 1897).

A admiração tem a ver com a resistência desse povo, gente indomável, que passa por todo tipo de provações e privações e não demonstra desânimo. Há gradação de verbos para demonstrar tal resiliência, os rebeldes [...] não tremem, não se acobardam e não negas as crenças [...]”.

[...] Não é possível que a munição de guerra daquela gente seja só devida à deixada pelas expedições anteriores. A nossa esgota-se todos os dias; todos os dias entram comboios carregados e, no entanto, já nos falta, às vezes.

Como explicar essa prodigalidade enorme dos jagunços?

Não nos iludamos. Há em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada (CUNHA, 1897).

Outro traço de surpresa e admiração ´ é relacionada com a quantidade de munição que os rebeldes detêm e que o narrador não consegue entender de onde vem, já que a munição das tropas do governo esgota-se todos os dias. Na falta de uma razão direta, o narrador atribui ao episódio o caráter de mistério, de uma feição misteriosa que deve ser desvendada.



O último trecho selecionado da terceira entrada do *Diário* destacada descreve o cenário do último reduto dos rebeldes, construindo uma bonita imagem:

[...] Os jagunços lutam agora pela vida, no sentido mais estrito da frase. Lavra entre eles a sede e as cacimbas ali estão, a poucos metros apenas, em nosso poder.

Mas não vacilam, não recuam, não se entregam, e atiram, atiram sempre dentro de um círculo de fogo formado pelas armas vivamente disparadas de seus batalhões.

A igreja sinistra avulta nas trevas, dominadora, formidável. Reflui sobre ela o relampaguear do tiroteio e a essa claridade indistinta e rubra creio distinguir, deslizando no alto dos muros estruídos, engrimponados alguns, nos restos desmantelados das torres derrocadas, os nossos rudes patrícios transviados (CUNHA, 1897).

Chega a ser poética a forma como descreve a igreja que serve de reduto aos revoltosos. A igreja é ao mesmo tempo sinistra e formidável, assim como o espetáculo desta gente rude e brava, que luta até o fim por suas vidas. A adjetivação da igreja corrobora o estranhamento e admiração do narrador pelas pessoas que lutam contra batalhões oficiais do governo. À vontade de vencer, principal motivo para sua estada ali, mistura-se um fascínio sobre essas pessoas, cuja resistência persistente causa admiração.



A narrativa é interessante porque faz pensar na questão das perspectivas. Numa narrativa de bandido e mocinho, é comum a gente torcer pelo mocinho, porque não vê a humanidade do dito bandido. A narrativa de Cunha possibilita humanizar os jagunços que desafiam batalhões e mais batalhões enviados pelo governo, por isso fica mais difícil tão somente torcer para a sua derrocada. Em narrativas oficiais, de conquista das Américas, conquista das bandeiras, só se fica ao lado do conquistador, se não houver acesso à humanidade do conquistado. O fato mesmo de humanizar o outro dificulta a fé cega na batalha. O Brasil teve inúmeras outras situações-limite como Canudos, mas não é de todas que se lembra. Tal é a importância da literatura.



Seca faz ruínas de aldeia alagada reaparecerem em Canudos (BA)



### 2.5 O sudeste na literatura brasileira

Monteiro Lobato (1882-1948) é um escritor brasileiro, natural do interior do Estado de São Paulo. Ele começou a publicar ainda no final do início do século XX e escreveu livros dos mais diversos gêneros. *Urupês* é um livro de contos, publicado em 1918, composto de 14 narrativas: “Os faroleiros”, “O engraçado arrependido”, “A colcha de retalhos”, “A vingança da peroba”, “Um suplício moderno”, “Meu conto de Maupassant”, “Pollice verso”, “Bucolica”, “O mata-pau”, “Bocatorta”, “O comprador de fazendas”, “O estigma”, “Velha praga” e “Urupês”.

No conto “Urupês”, Lobato apresenta Jeca Tatu, personagem que estereotipa o caipira. Mas antes de ir ao conto, é interessante retomar o procedimento de espoliação das terras indígenas que transformou as populações originárias que resistiram ou isolando-se, ou mesclando-se às populações urbanas, num processo de desaldeamento, conforme a especialista Manuela Carneiro da Cunha, no livro *Índios no Brasil* (2012):



O processo de espoliação torna-se, quando visto na diacronia, transparente: começa-se por concentrar em aldeamentos as chamadas 'hordas selvagens', liberando-se vastas áreas, sobre as quais seus títulos eram incontestes, e trocando-as por limitadas terras de aldeias; ao mesmo tempo, encoraja-se o estabelecimento de estranhos em sua vizinhança; concedem-se terras inalienáveis às aldeias, mas aforam-se áreas dentro delas para o seu sustento; deportam-se aldeias e concentram-se grupos distintos; a seguir extinguem-se aldeias a pretexto de que os índios se acham 'confundidos com a massa da população'; ignora-se o dispositivo de lei que atribui aos índios a propriedade da terra das aldeias extintas e concedem-se-lhes apenas lotes dentro delas; revertem-se as áreas restantes ao Império e depois às províncias, que as repassam aos municípios para que as vendam aos foreiros ou as utilizem para a criação de novos centros de população. Cada passo é uma pequena burla, e o produto final, resultante desses passos mesquinhos, é uma expropriação total (CUNHA, p. 81-82).

O resumo que Cunha faz do processo ajuda a entender a diferença na representação do indígena na literatura romântica e na literatura que a sucede, da qual faz parte Lobato. O indígena romântico ainda é visto como indígena, embora o fato de ser considerado mais educado tem a ver com quanto já assimilou a cultura do colonizador. O indígena real é o que, na luta pela sua vida e cultura, viu-se, muitas vezes, entre a aldeia e a massa, devido à manobras políticas para se apossar de suas terras, tanto pela iniciativa privada quanto pelo governo. O sujeito que passou por processo de aculturação e mestiçagem é o que é chamado na literatura ora de caipira, ora de caboclo (ou mameluco), ora de cafuso, na tentativa de classificar e rotular o sujeito mestiço.



Monteiro Lobato é um escritor polêmico, na mesma medida em que parte da crítica elogia sua escrita inovadora e sua criticidade, outra parte questiona seus méritos pela posição racista que apresenta em muitos de seus escritos, como *Caçadas de Pedrinho* (1939) e *O presidente negro* (1926).



### Monteiro Lobato: rasgado, queimado, cancelado e imprescindível

No caso do olhar para o caboclo e para o caipira, esse racismo é visível nas narrativas de “Velha praga” e “Urupês”, respectivamente. Ao refletir sobre o brasileiro do interior, Lobato escolhe o sujeito como causa dos males do Brasil. Mais tarde, porém, ao entrar em contato com o pensamento de sanitaristas, Lobato revê sua análise, visto que muito da dita preguiça do caipira relacionava-se com falta de cuidado sanitário que provocava doenças como a febre amarela. Esta mudança de pensamento aparece em “Jeca Tatu – Ressurreição”, do livro *O problema vital* (1918), como se verá adiante.

No conto “Urupês”, cujo título aponta para um tipo de cogumelo que parasita outras plantas, há a apresentação do tipo que veio para substituir o indígena idealizado de José de Alencar:



O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de 'caboclismo' O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; o ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxadal o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito.

Mas o substrato psíquico não mudou: orgulho indomável, independência, fidalguia, coragem, virilidade heróica (*sic*), todo o recheio em suma, sem faltar uma azeitona, dos Peris e Ubirajaras (LOBATO, 1971, p. 145).

Nesta caracterização do que chama caboclismo, o narrador enumera as mudanças e as características que se mantêm do tipo idealizado representado pelo personagem Peri. Como fruto da mestiçagem brasileira, o narrador apresenta o caboclo:

[...] Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígine de tabuinha no beíço, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. Quando Pedro I lança aos ecos o seu grito histórico e o país desperta estrouvinhado à crise duma mudança de dono, o caboclo ergue-se, espia e acocora-se de novo.

Pelo 13 de Maio, mal esvoaça o florido decreto da Princesa e o negro exausto larga num uf! o cabo da enxada, o caboclo olha, coça a cabeça, 'magina' e deixa que do velho mundo venha quem nele pegue de novo.

A 15 de Novembro troca-se um trono vitalício pela cadeira quadrienal. O país bestifica-se ante o inopinado da mudança. O caboclo não dá pela coisa.



Vem Floriano; estouram as granadas de Custódio; Gumerindo bate às portas de Roma; Incitátus derranca o país. O caboclo continua de cócoras, a modorrar...

Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se. Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. (LOBATO, 1971, p.146-147).

A caracterização é bastante pejorativa. O caboclo é o sujeito que habita o interior e vive de cócoras. Para este sujeito, o que acontece na política do país é distante, o grito da independência, a Abolição da escravatura, a Proclamação da República e outras situações que ganham destaque nos jornais das cidades, não são percebidos pelo caboclo que, a bem da verdade, é abandonado sistematicamente por todos os tipos de governo. Para o narrador, o problema em idealizar o caboclo na literatura é a distância que haveria entre romance e realidade:

[...] Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade! Jeca mercador, Jeca lavrador, Jeca filósofo... Quando comparece às feiras, todo mundo logo advinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jicara, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas ou artefatos de taquarapoca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõezinhos, colheres de pau. Nada mais. Seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências (*sic*) da lei do menor esforço – e nisto vai longe. (*sic*) (LOBATO, 1971, p. 148).





O narrador também critica a cultura de extrativismo, contrária à do pequeno agricultor, que é de cultivo.

[...] Um terreirinho descalvado rodeia a casa. O mato o beira. Nem árvores frutíferas, nem horta, nem flores – nada revelador de permanência. Há mil razões para isso; porque não é sua a terra; porque se o ‘tocarem’ não ficará nada que a outrem aproveite; porque para frutas há o mato; porque a ‘criação’ come; porque... – ‘Mas, criatura, com um vedozinho por ali... A madeira está à mão, o cipó é tanto...’ Jeca, interpelado, olha para o morro coberto de moirões, olha para o terreiro nu, coça a cabeça e cuspiha. – ‘Não paga a pena’. Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidades. De qualquer jeito se vive. (LOBATO, 1971, p.149-150).

Contudo, o modo de olhar do narrador para a cultura dos povos originários, que é a de espichar a mão e colher o que a natureza derrama, é o que advém da colonização. No retrato do colonizador como o homem de ação e do colonizado como o preguiçoso se sobrepõe culturas que diferem na forma de olhar para a natureza, por exemplo. Para o indígena, colher o que a natureza dá e mantê-la intacta é uma forma de viver em harmonia com ela. Para o imigrante europeu a natureza deve ser trabalhada, explorada, como forma de mostrar seu domínio e realizar seu trabalho. Assim, ao se analisar um texto como o de Lobato, verifica-se quanto do discurso colonizatório ainda domina a elite cultural, especialmente na forma de olhar para si mesmo, como povo brasileiro.



O narrador também destaca o único momento em que o caboclo é lembrado pelo governo, o de votar:

[...] O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras, entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária. Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gata-funhos a que chama 'sua graça' (LOBATO, 1971, p.151).

A despeito de não conhecer sobre o cenário político do país e de viver à margem das políticas públicas, o caboclo vê no momento de votar certa nobreza, como se por este ato cívico se visse um pouco parte do país em que vive.

O abandono do personagem Jeca se vê pela descrição da casa e costumes. Na falta de educação, às noções práticas da vida, que recebeu do pai, na falta de educação cívica, agarra-se ao conhecimento mais geral de que o mundo é grande e de que distante está a corte; na falta de educação política, agarra-se aos saberes práticos de que há sempre alguém a 'manda em nós tudo' e da guerra é melhor fugir:



[...] O mobiliário cerebral de Jeca, à parte o succulento recheio de superstições, vale o do casebre. O banquinho de três pés, as cuias, o gancho de toucinho, as gamelas, tudo se reedita dentro de seus miolos sob a forma de idéias: são as noções práticas da vida, que recebeu do pai e sem mudança transmitirá aos filhos. O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde vêm baianos pernósticos e cocos. Perguntem ao Jeca quem é o presidente da República. – ‘O homem que manda em nós tudo?’ – ‘Sim’. – ‘Pois de certo que há de ser o imperador. Em matéria de civismo não sobe de ponto. – ‘Guerra? T’esconjuro! Meu pai viveu afundado no mato p’ra mais de cinco anos por causa da guerra grande. Eu, para escapar do ‘reclutamento’, sou inté capaz de cortar um dedo, como o meu tio Lourenço...” Guerra, defesa nacional, ação administrativa, tudo quanto cheira a governo resume-se para o caboclo numa palavra apavorante – reclutamento’ (*sic*). (LOBATO, 1971, p.152).

Ainda no encalço daquilo que Jeca deveria receber do governo e não recebe, estão os cuidados médicos. Na ausência deles, restam as crendices e as mezinhas aprendidas com os mais velhos ou exercidas por curandeiros locais:



[...] Todos os volumes do Larousse não bastariam para catalogar-lhes as crendices, e como não há linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se ambas em maranhada teia, não havendo distinguir onde pára uma e começa outra. A idéia de Deus e dos santos torna-se jeco-cêntrica. São os santos os graúdos lá de cima, os coronéis celestes, debruçados no azul para espreitar-lhes a vidinha e intervir nela ajudando-os ou castigando-os, como os metediços deuses de Homero. Uma torcedura de pé, um estrepe, o feijão entornado, o pote que rachou, o bicho que arruinou – tudo diabru-ras da corte celeste, para castigo de más intenções ou atos. Daí o fatalismo. Se tudo movem cordéis lá de cima, para que lutar, reagir? Deus quis. (*sic*) (LOBATO, 1971, p.154).

A descrição final de Jeca é marcada pelas negações. O caboclo, contraposto à natureza tão rica de formas e cores, é o sóbrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. A vida deste caboclo é um *non sense* diante do lugar em que vive, e o narrador do conto atribui ao próprio caboclo a causa desta existência de negações.

[...] No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escachôo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio da tanta vida, não vive... (LOBATO, 1971, p.155).



Contudo, como mais tarde demonstra em um texto que serve de resposta para “Urupês”, Lobato deixa de ver no caboclo o culpado de sua sina triste, ao estudar sobre saneamento e doenças. Jeca Tatu vive uma vida sem sentido, em que tudo falta, mas a culpa não é sua, mas da falta da ação governamental a lhe suprir o básico para uma sobrevivência digna. Veja-se o diálogo entre Jeca Tatu e o médico que o diagnostica, no conto “Jeca Tatu – A Ressurreição”:

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro, resolveu examiná-lo.

- Amigo Jéca, o que você tem é doença.

- Pode ser. Sinto uma canseira sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.

- Isso mesmo. Você sofre de anquilostomiase. (LOBATO, 1961, p.332)

O personagem de Jeca Tatu, dado o sucesso que obteve na literatura, ganhou no cinema a imortal atuação de Mazzaropi. Muitos ainda hoje lembram do personagem do audiovisual antes do literário. Sua representação, se vista à luz crítica, denuncia a forma como o caboclo foi tratado pelo senso comum, assim como a falta de políticas públicas voltadas ao povo brasileiro do interior. Cabe lembrar que, no início do século XX, campanhas de saneamento começam na capital e depois se espalham no país. E a personagem de Lobato pode ter contribuído para jogar luz ao problema nacional.



Museu Mazzaropi - Jeca Tatu



Resposta do Jeca Tatu

### 2.6 Um adendo necessário

Neste primeiro adendo necessário, chama-se a atenção para a obra de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). A autora nasceu no Rio de Janeiro, em família abastada e culta, o que lhe propiciou educação sofisticada e liberal. Ela chega a morar um tempo em Portugal, mas logo retorna ao Brasil, com o marido Filinto de Almeida. Foi autora de romances, coletâneas de contos e novelas, crônicas, peças de teatro, livros infantis, relatos de viagem e conferências. Contudo, seu lugar na literatura brasileira só muito recentemente é recuperado pela crítica.



Sucesso no início dos anos 1900 e depois esquecida, obra de Júlia Lopes de Almeida ganha reedições



Um dos autores empenhados na recuperação da obra de Júlia é Luiz Ruffato. O escritor mineiro comenta a omissão de estudiosos como Alfredo Bosi, Massaud Moisés, Afrânio Coutinho e Aderaldo Castello em relação à obra de Almeida. Somente nas análises de Wilson Martins e de Lúcia Miguel Pereira, encontra-se menções à sua escrita. Contudo, a autora não deixou de ser reconhecida em vida. Pelo contrário, vendeu muito e foi cotada para participar da lista inicial de fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL). Dizem, inclusive, que a indicação do marido para a ABL teria sido influência sua.

Tanto pelo montante da obra como pelo reconhecimento do público e da crítica, Almeida conquistou um lugar de destaque na literatura do fim do século XIX e do início do século XX. De acordo com Ruffato,

Segundo a crítica literária Lúcia Miguel-Pereira, Júlia Lopes de Almeida é a principal figura feminina entre os escritores de sua época. Isso se dá não só pelo montante de sua obra, produzida por mais de quarenta anos, como também pelo reconhecimento que angariou entre os críticos e o público. Numa época em que às mulheres cabia o papel de dona de casa submissa e iletrada, ela se impôs no meio intelectual. Suas colaborações se estenderam pelos mais diversos órgãos de imprensa: Gazeta de Notícias, A Estação, O Estado de S. Paulo, Ilustração Brasileira, Jornal do Commercio, Kosmos, O Mundo Literário e, principalmente, O País, jornal que era uma das mais importantes fontes de informação da elite brasileira e no qual Júlia manteve, por 22 anos, uma coluna na primeira página (RUFFATO, 2019, p. 8).



Ruffato define o trabalho da autora como um dos mais injustiçados da literatura brasileira, visto que seus livros ombreiam com autores como Coelho Neto, Graça Aranha, João do Rio e até Lima Barreto, especialmente pela reflexão que tece sobre o papel da mulher na sociedade brasileira.

Recentemente sua obra tem reedições de várias editoras, e os livros que mais recebem atenção são o romance *A falência* e a seleção de contos *Ânsia eterna*.

*A falência* é um romance realista que se passa no período de euforia em cima do aumento do preço do café, o que gerou uma leva de novos ricos no Rio de Janeiro, como o protagonista Francisco Teodoro. No romance, também se destacam discussões como a formação e o trabalho da mulher, a maternidade, o casamento, a especulação financeira, a Marinha e os subúrbios cariocas. Poucas narrativas da época fizeram uma análise tão bem-feita sobre a sociedade carioca da *Belle Époque*.

*Ânsia eterna* é um livro de contos, com 26 narrativas: “Ânsia eterna”, “O caso de Ruth”, “A rosa branca”, “Os porcos”, “O voto”, “E os cisnes?”, “Sob as estrelas”, “A primeira bebedeira”, “A casa dos mortos”, “As histórias do conselheiro”, “In extremis”, “A boa Lua”, “Esperando”, “A alma das flores”, “Ondas de ouro”, “O último raio de luz”, “A morte da velha”, “Perfil de preta”, “A neurose da cor”, “As três irmãs”, “O véu”, “Pela pátria”, “O dr. Bermudes”, “O futuro presidente”, “No muro” e “As rosas. Destes, destaco “O caso de Ruth”, em que o mistério em relação ao comportamento da protagonista guarda o segredo de um abuso. Por esta leitura, percebe-se que o silêncio é atitude esperada da mulher, o que propiciou que inúmeras injustiças acontecessem sem que sequer fossem motivo de discussão na sociedade.





Júlia Lopes de Almeida é uma grande escritora que merece ser lida e estudada nas escolas e universidades com mais empenho.

### 2.7 Outro adendo necessário

Neste segundo adendo necessário, chama-se a atenção para a temática LGBTQIA+ presente na literatura produzida no fim do século XIX e início do século XX. Embora a tônica das histórias do período fosse os romances heteronormativos, brancos e burgueses, houve livros que desafiaram este padrão e são destacados aqui, brevemente. Sendo a literatura a experiência do outro em palavras, conhecer personagens LGBTQIA+ alarga a visão sobre a vida e as pessoas, possibilitando um olhar mais empático sobre o outro.

Em *O cortiço*, do maranhense Aluísio Azevedo, conhece-se o romance de Pom-binha e Léonie. Apesar da relação ser construída em meio a uma ambientação determinista e preconceituosa, o fato de ler a narrativa do romance e seu contexto de escrita, já permite conhecer argumentos ainda hoje utilizados para desautorizar relacionamentos lésbicos.

*O Bom crioulo*, do cearense Adolfo Caminha, traça o romance inter-racial de Amaro e Aleixo, ambos marinheiros. Também aqui há um romance naturalista com visão determinista e preconceituosa. Mesmo assim, é possível perceber o afeto construído e outras questões que interferem no relacionamento.



Em *O Ateneu*, do carioca Raul Pompeia, o que se constrói no romance são as relações entre rapazes em um colégio do tipo internato, no qual os relacionamentos homoafetivos estão presentes, ainda que narrados de forma tergiversada.

No decorrer do século XX, outros escritores tratarão do tema como Caio Fernando Abreu, Cassandra Rios e João Silvério Trevisan e, mais contemporaneamente, Amara Moira, Natália Borges Polessso, Carol Bensimon e Stenio Gardel.



Literatura LGBTQIA+ no Brasil - Parte 1



Literatura LGBTQIA+ no Brasil - Parte 2



### Considerações finais - por uma abordagem ampla do cânone nacional

Ao estudar-se o conto brasileiro, no capítulo O Brasil que luta, o intuito foi mostrar como a literatura representou questões importantes para a sociedade brasileira, as quais nem sempre são trabalhadas em narrativas mais tradicionais entre a crítica e a escola.

O estudo da Literatura Brasileira mais tradicional enfoca autores e obras produzidas e difundidas na região sudeste. Sem o conhecimento de autores das demais regiões e de obras que tematizam questões importantes a estes cenários, deixa-se de conhecer as grandes diferenças na formação da terra e das gentes.

A proposta foi responder cinco questões, a partir da seleção de contos do goiano Hugo de Carvalho Ramos, do paraense Inglês de Sousa, do gaúcho João Simões Lopes Neto, do baiano Euclides da Cunha e do paulista Monteiro Lobato: como o fim da escravidão é recebido pelos matutos do centro-oeste? Como a Guerra do Paraguai é recebida pelos ribeirinhos do norte? Como D. Pedro II é visto pelos sulistas? Como a Proclamação da República é recebida pelos sertanejos do nordeste? Como o governo é visto pelo caipira do sudeste?



Muitos temas perpassam os contos, o principal é o olhar para o brasileiro do interior, que até o início do século XX constituía a maioria da população do país: o empregado que vive em um sistema em que o patrão é dono e senhor de sua vida, mesmo depois da Abolição da Escravidão, o rapaz que é forçado a servir à pátria em uma guerra que não tem nada a ver com sua vida, o cabo que se vê como ajudante do Imperador, na visita do soberano ao interior do país em época de guerra, a má condução do governo central do conflito interiorano de gente simples, o homem que vive cansado e alienado em relação à sociedade da qual faz parte são histórias que expõem a precariedade da vida dos brasileiros do interior, vidas marcadas pela falta de políticas públicas, muitas vezes responsabilizadas pela própria desgraça. O Brasil que luta ganha lugar na literatura do período e estudá-lo é uma forma de aprofundar o conhecimento dos próprios brasileiros.

Com os adendos propostos, duas questões que mereciam ao menos ser mencionadas, o caso exemplar da literatura construída por Júlia Lopes de Almeida e as obras literárias que tematizaram relacionamentos homoafetivos neste período. Tão importante quanto conhecer a obra de Machado de Assis, é conhecer a obra de Júlia Lopes de Almeida. Tão importante quanto saber sobre Romantismo, Realismo e Modernismos, é saber sobre o que interessava aos escritores brasileiros do fim do século XIX e do início do século XX, especialmente, como era o seu olhar sobre o país e sua gente.

Por fim, espera-se que a leitura do e-book, com temas e obras cuidadosamente escolhidos, desperte a vontade de ler e conhecer mais sobre a literatura e a cultura brasileiras.



### Referências

ALMEIDA, Júlia. *Ânsia eterna*. São José dos Pinhais: Editora Estrondo, 2021.

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 2011.

ANJOS, Augusto dos. *Eu e Outras poesias*. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ASSARÉ, Patativa. *A terra é nossa*. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/patativa-do-assa-re-poemas/> Acesso em: 30/08/23.

ASSARÉ, Patativa. *Cordéis e outros poemas*. Fortaleza: Publicação CCV-UFC, 2006. Disponível em: [http://docs.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis\\_poemas.pdf](http://docs.fct.unesp.br/grupos/gepep/cordeis_poemas.pdf) Acesso em: 30/08/23.

BILAC, Olavo. *Olavo Bilac/seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios* por Norma Goldstein. São Paulo: Abril Educação, 1980.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.

CAMINHA, Adolfo. *O Bom Crioulo*. São Paulo: Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 1895 (versão para eBook Epubr.com).

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.

CEARENSE, Catulo da Paixão. *Luar do sertão e outros poemas escolhidos*. Seleção organizada, anotada e revista por Guimarães Martins. São Paulo: Ediouro, 1965.

CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos, 1897. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=6149> Acesso em: 30/08/23.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil*. História, direitos e cidadania. São Paulo: Claroenigma, 2012.



LOBATO, José Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

LOBATO, José Monteiro. *Mr Slang e o Brasil e Problema vital*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

MACHADO, Gilka. *Poesia completa*. São Paulo: V. de Moura Mendonça Livros, 2017.

NETO, João Simões Lopes. *Contos gauchescos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1999.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. Campinas: Editora Komedi, 2008.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Instituto Centro Brasileiro de Cultura, 1917. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=19650](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19650) Acesso em: 30/08/23.

RIBEIRO Darcy. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Global, 2015.

RUFFATO, Luis. "Júlia". In. *Caderno Rascunho*, 2012. Disponível em: <http://rascunho.com.br/julia-1/>. Acesso em: 01/08/2019.

SCHWARCZ; Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SOUSA, João da Cruz e. *Cruz e Sousa/ seleção de textos, notas, estudo biográfico, histórico e crítico e exercícios por Aguinaldo José Gonçalves*. São Paulo: Abril Educação, 1982.

SOUSA, João da Cruz e. *Negro*. Organização, introdução e notas por Zilma Gesser Nunes. Florianópolis: Caminho de dentro, 2020.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Literatura brasileira II – O Brasil que canta e o Brasil  
que luta – Priscila Finger do Prado

Maria Aparecida Crissi Knuppel  
**Coordenador Geral UAB**

Cláudia Maris Tullio  
**Coordenador Geral Curso**

Cleber Trindade Barbosa  
**Coordenador Geral NEAD**

Denise Cristina Holzer  
**Apoio Pedagógico**

Ruth Rieth Leonhadt  
**Revisão**

Murilo Holubovski  
**Designer Gráfico**

Volkan Vardar/Pexels  
**Capa**

Aneeque Ahmed /Nounproject  
Hafiudin/Nounproject  
ProSymbols/Nounproject  
**Ícones**

09/2023